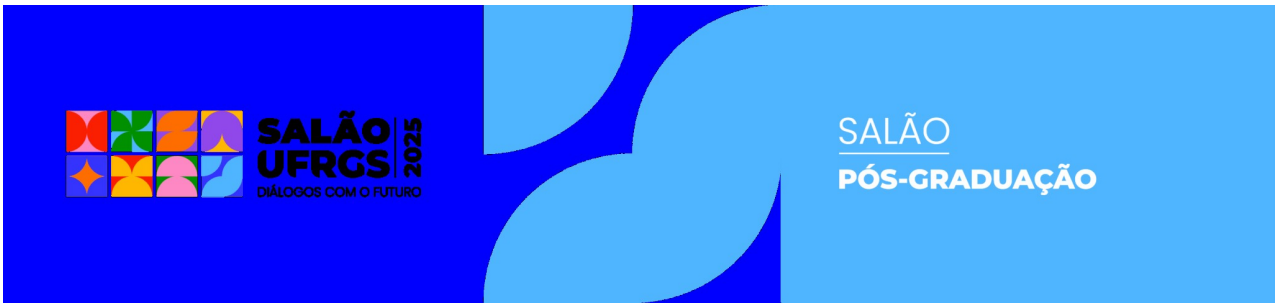


Evento	Salão UFRGS 2025: I SALÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO
Ano	2025
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	Institucionalização da educação em informação como política pública no Brasil
Autor	RENATA FARIAS MACHADO
Orientador	JUSSARA BORGES DE LIMA

RESUMO: Esta pesquisa é proveniente de uma dissertação desenvolvida no mestrado, que consiste em propor diretrizes para a implementação da educação em informação como política pública no Brasil. Justifica-se a escolha do tema tendo em vista a intensificação de fenômenos informacionais como a desinformação. Isso infere que a formação dos sujeitos deve ser pensada para que desenvolvam competências para lidar com a informação de maneira mais consciente. O problema de pesquisa consiste em responder quais princípios deveriam nortear o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação em informação. Para contemplar essa questão, é necessário evidenciar a necessidade de a educação em informação estabelecer-se como política pública nacional de enfrentamento a esses fenômenos e mapear políticas públicas no contexto nacional e internacional que tratem ou se aproximem da educação em informação. A metodologia consiste em uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, sendo exploratória e descritiva por meio da análise documental de leis, decretos e planos estratégicos disponíveis em fontes governamentais. Como critério de seleção, foi considerado a relevância e pertinência conceitual dos documentos, de modo que tratassem de educação crítica e políticas públicas de informação, além do recorte temporal de 2000 a 2025. Os resultados obtidos até o momento mostram que no contexto nacional a Base Nacional Comum Curricular trata das habilidades, dos conhecimentos e das competências fundamentais que os estudantes devem desenvolver no decorrer da educação básica. Já a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (EBEM) visa o desenvolvimento de competências que garantam o senso crítico, reflexivo e ético no uso da informação no âmbito das mídias digitais e apresenta eixos de atuação, atores sociais, princípios e diretrizes. Um documento orientador mais recente é *Educação Digital e Midiática: como elaborar e implementar o currículo nas Escolas,* que orienta sobre medidas que podem ser tomadas para implementar políticas educacionais que visem a educação midiática. Assim como a EBEM, ele elenca atores, as responsabilidades e ações de cada um, além de apresentar um desenho de um ciclo de monitoramento das ações. No contexto internacional, a experiência espanhola destaca-se pelo potencial de contribuir para a formulação de diretrizes que materializem uma política pública de informação no âmbito brasileiro. A Espanha possui diretrizes consolidadas que valorizam a educação por uma abordagem crítica e desenvolvimento de habilidades digitais como pilares para o exercício pleno da cidadania no contexto informacional, com ações intersetoriais e mecanismos de avaliação contínua de políticas públicas. Dentre os documentos analisados, a *Ley Orgánica* 2/2006 destaca a educação como instrumento para a cidadania crítica; a *Ley 19/2013* consolida o acesso à informação como um direito fundamental do cidadão; a *Ley Orgánica 3/2020* e o Real Decreto 157/2022 promovem a inclusão e competências digitais; a *Ley 13/2022* e o *Plan Nacional de Competencias Digitales* versam sobre a alfabetização midiática e a transformação digital; enquanto a *Ley 27/2022* aborda a importância da institucionalização e a avaliação contínua de políticas públicas para garantir a sua execução. Conclui-se que a educação em informação pode ser compreendida como um eixo estruturante das políticas públicas de informação, articulando ações que envolvam o acesso, a formação crítica e o uso responsável da informação. Pode servir para impulsionar a formulação de um departamento de Educação em Informação articulado com o Ministério da Educação, que promova ações educativas críticas e emancipatórias. Tanto a experiência espanhola quanto a brasileira mostram que a institucionalização de uma política pública de educação em informação requer uma abordagem integrada à educação e à cultura, que permita a formação de cidadãos mais críticos e preparados para os desafios informacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Informação; Políticas Públicas; Políticas de Informação.